

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.566 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 18 DE SETEMBRO DE 2002



Heloísa Helena apresentou projeto que está tramitando na Comissão de Justiça

Projeto exige edição de livros em braile

Editoras poderão ser obrigadas a publicar em braile 0,5% dos livros e revistas de grande circulação. A determinação está contida em projeto da senadora Heloísa Helena.

PÁGINA 4

Lauro celebra resultado de plebiscito

“É um resultado que nos anima e mostra que a população não está adormecida.” A afirmação é de Lauro Campos, ao celebrar o resultado do plebiscito sobre a Alca. Dos 10 milhões de votantes, 98,3% manifestaram-se contra o acordo.

PÁGINA 2

Melo propõe energia mais barata para lavoura irrigada

Distribuidora não poderá cobrar do agricultor tarifa que exceda a 15% do custo de energia, segundo proposta do senador Geraldo Melo



Produtores brasileiros ganharão condições de competir no mercado mundial, destaca o senador Geraldo Melo (foto menor), autor do projeto que está em análise na Comissão de Assuntos Econômicos

Milhares de produtores poderão ser beneficiados com o acesso à irrigação se a tarifa de energia elétrica for reduzida, afirma Geraldo Melo. Pelo projeto, o preço de custo acrescido de 15% também será o teto cobrado de assentamentos da reforma agrária e das pequenas propriedades com até 10 hectares. Melo diz que não haverá perda de receita para as distribuidoras, já que o aumento da demanda cobrirá a redução dos preços.



PÁGINA 3

Requião defende maior integração entre países do Mercosul

PÁGINA 2

Requião quer países do Mercosul mais integrados

Para o senador, o bloco só existirá de fato quando houver maior união entre seus membros. Ele defenderá essa posição durante o Primeiro Fórum de Debates sobre Integração Fronteiriça, que começa amanhã, em Foz do Iguaçu

O Mercosul não pode ser apenas uma ponte aérea entre Buenos Aires e São Paulo. O bloco comercial, formado pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, que tem como associados o Chile e a Bolívia, só existirá realmente quando houver uma integração total entre os países que o compõem. A opinião é do senador Roberto Requião (PMDB-PR), presidente da representação brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. Ele se mostrou preocupado com a ausência de uma política destinada a me-

lhorar as relações fronteiriças entre os países que formam o bloco comercial.

O senador informou que essas preocupações serão levadas ao Primeiro Fórum de Debates sobre Integração Fronteiriça, a ser realizado amanhã e sexta-feira em Foz do Iguaçu (PR), no centro internacional de convenções e eventos do Hotel Internacional Foz.

O encontro, uma realização da Comissão do Mercosul no Congresso Nacional, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Prefeitura de Foz do

Iguaçu, servirá para que parlamentares, diplomatas e especialistas discutam medidas destinadas a absorver a experiência da União Européia na formação do mercado comum daquele bloco.

ESTATUTO

Durante o encontro serão abordados temas relacionados à saúde pública, trabalho e comércio nos países integrantes do Mercosul, bem como questões ambientais e de exploração sexual de menores na região. Ao final do fórum, conforme informou Roberto Requião, será redigido

um documento que servirá de subsídio para a elaboração do Estatuto das Fronteiras dos países que formam o Mercosul.

O senador José Fogaça (PPS-RS), integrante da representação brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, chegou a defender que o fórum de Foz do Iguaçu resgate a idéia dos chamados comitês de fronteira, previstos na legislação que regulamentou o Mercosul. Ele observou que os comitês foram desativados por falta de atuação dos governos dos países do bloco.



Requião preside a representação brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta

Roosevelt Pinheiro

Lauro Campos: população demonstra consciência ao rejeitar adesão à Alca

O resultado do plebiscito promovido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) sobre a adesão do Brasil à Área de Livre Comércio das Américas (Alca) representou uma manifestação da consciência do povo brasileiro, afirmou ontem, em entrevista à Rádio Senado, o senador Lauro Campos (PDT-DF). Mais de 10 milhões de pessoas votaram no plebiscito, sendo que 98,3% opinaram pela não adesão do Brasil à Alca.



Lauro: população sabe que interesse norte-americano é expandir seu mercado

— É um resultado que nos anima e mostra que a população bra-

sileira não está adormecida — disse o senador, candidato à reeleição.

Na avaliação de Lauro Campos, a Alca é produto da necessidade do capitalismo norte-americano de se expandir e de colocar no mercado externo o excedente de sua produção. Para ele, a sociedade brasileira já manifesta o conhecimento deste processo e da necessidade de se proteger contra ele.

— Precisamos defender a nossa vida, a nossa economia, a nossa atividade produtiva, para que não sejamos destruídos, sucateados por esse excedente norte-americano que invade necessariamente os quatro cantos do mundo e que quer fincar na América Latina suas relações de dominação a fim de transplantar para nós o problema deles — analisou.

nifesta o conhecimento deste processo e da necessidade de se proteger contra ele.

Calendário do bloco das Américas

A idéia de integrar os países das três Américas em um grande espaço econômico começou a tomar forma em 1994, quando foi realizada a Cúpula das Américas, em Miami (EUA). Presidentes de 34 países dos três continentes comprometeram-se a instituir uma área de livre comércio, na qual serão eliminadas progressivamente barreiras a trocas comerciais e ao in-

vestimento.

No ano passado, durante uma reunião com representantes dos governos dos países-membros realizada em Buenos Aires (Argentina), decidiu-se que as negociações em torno da Alca, que começaram na prática em 15 de abril deste ano, se darão até janeiro de 2005, para entrada em vigor em dezembro do mesmo ano.

Senado nas eleições

Em 1988 foi instituído o voto facultativo para os brasileiros de 16 e 17 anos, ou seja, jovens dessa idade votam se assim o desejarem, tendo ou não o título de eleitor. No próximo dia 6 de outubro, primeiro turno das eleições, devem estrear nas urnas 2.218.010 brasileiros dessa faixa etária.

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a participação dos jovens eleitores vem caindo, desde a instituição do voto facultativo. Na eleição presidencial de 1989,

Faltam 18 dias para as eleições

os eleitores com aquela idade eram 4,02% do total. Nas eleições municipais de 2000, 2,87%, e este ano eles são 1,92% dos eleitores.

Mesmo que não queira votar, antes de completar 18 anos, o jovem deve obrigatoriamente requerer seu título de eleitor, independentemente de ser ou não um ano eleitoral. Além de permitir o exercício do voto, o título de eleitor é documento obrigatório para quem requer o CPF. E sem ele não é possível arrumar estágio, por exemplo.

Recado ao leitor

Na Câmara dos Deputados, os candidatos são eleitos para representar a população da sua região, e no Senado são eleitos para representar o estado. Ou seja, não para representar o governo estadual, mas o conjunto de interesses do estado. Se você tem amor pelo seu estado, se você quer que o seu estado seja bem representado e bem defendido no Congresso Nacional, escolha bem e vote em dois senadores nas eleições do dia 6 de outubro; e não esqueça: não tem segundo turno para senadores.

Senador José Fogaça (PPS-RS)

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Roosevelt Pinheiro

Roberto Saturnino é favorável ao aumento da participação do país no Fundo Monetário Internacional

Limite de saque do Brasil no FMI pode aumentar

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) poderá analisar, ainda neste semestre, o aumento dos Direitos Especiais de Saque (DES) do Brasil no Fundo Monetário Internacional (FMI). O relator do projeto de decreto legislativo, senador Roberto Saturnino (PT-RJ), encaminhou parecer favorável à proposta.

A elevação em 227,7 milhões de DES, uma espécie de moeda do FMI para valorar a participação dos seus países-membros, equivale a US\$ 389 milhões e melhora as condições de crédito do país junto à organização. Mas, apesar de já ter sido decidida pelo Executivo, precisa ser ratificada pelo Congresso Nacional, segundo parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). A matéria já tramitou pela Câmara dos Deputados e foi encaminhada este ano para o Senado.

HOMOLOGAÇÃO

O reforço nos ativos do FMI pelos países-membros decorreu de alteração no Convênio Constitutivo do órgão, aprovado por ocasião de sua 49ª reunião, ocorrida em Hong Kong, em setembro de 1997. Como se trata de modificação em texto de tratado internacional, a Presidência da República encaminhou mensagem ao Congresso em 1998 para que a mudança seja homologada.

Parecer da Procuradoria da Fazenda ressalta que, de acordo com nota do Departamento Legal do Fundo, a emenda que alterou o Convênio Constitutivo da entidade só entrará em vigor "após ratificações provenientes de três quintos dos países membros que detenham 85% do poder geral de voto". E acrescenta que, por determinação constitucional, a ratificação do Brasil "só poderá ocorrer quando essa for referendada pelo Congresso Nacional".

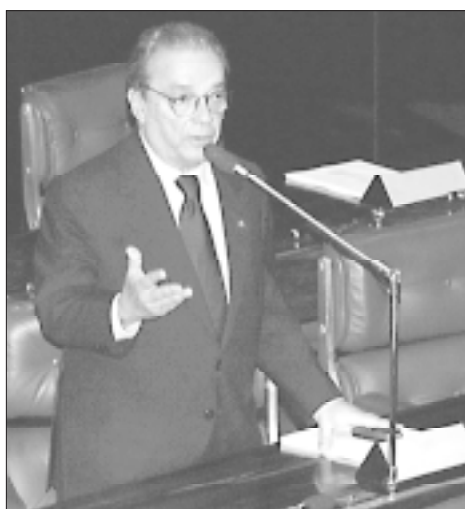
Melo sugere tarifa de energia elétrica mais barata para agricultura irrigada

Conforme projeto já aprovado na CCJ, também serão beneficiados os assentamentos da reforma agrária e pequenas propriedades rurais. A proposta será agora examinada pela CAE

A agricultura irrigada no país poderá contar com tarifa especial de energia elétrica, segundo projeto apresentado pelo senador Geraldo Melo (PSDB-RN). Conforme a proposta, a distribuidora não poderá cobrar do agricultor tarifa que exceda a 15% do preço de custo da energia. A medida, de acordo com o parlamentar, garantirá o acesso à tecnologia a milhares de produtores que hoje não possuem meios de arcar com os altos custos da energia, dando a eles condições de competitividade no mercado mundial.

O projeto foi aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e terá ainda de passar pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) antes de ser enviado à Câmara dos Deputados.

A redução das tarifas beneficiará todos os produtores que utili-



José Cruz

Geraldo Melo avalia que energia barata garantirá a produtores o acesso à tecnologia

zam a irrigação, e segundo Melo é de extrema importância para o Nordeste, cujas condições climáticas muitas vezes comprometem a estabilidade da produção. Ele acrescenta que a agricultura irrigada é destaque na região, com ênfase para o Rio Grande do Nor-

te – o maior exportador brasileiro de melão –, o Ceará e a região de Petrolina (PE).

De acordo com o relator do projeto na CCJ, senador Bello Parga (PFL-MA), a tarifa proposta por Melo "tem impacto positivo de amplo alcance na agricultu-

ra brasileira, possibilitando a racionalização das despesas de produção e abrindo o consumo de energia a milhares de pequenos agricultores que não tinham acesso a esse mercado, em função dos altos custos".

Pelo projeto, o preço de custo acrescido de 15% também será o teto cobrado de assentamentos da reforma agrária e das pequenas propriedades rurais, com até dez hectares. De acordo com Geraldo Melo, não haverá perda de receita para as distribuidoras, uma vez que o aumento da demanda por energia será superior à redução dos preços.

– O projeto garante que o preço da energia fornecida ao irrigante e ao pequeno produtor rural, embora menor do que o atual, continue proporcionando a lucratividade de seu fornecimento – frisou o senador.

Lando critica "morosidade" da reforma agrária no país

A "morosidade" do atual processo de reestruturação fundiária foi criticada pelo senador Amir Lando (PMDB-RO), ao analisar, em entrevista à TV Senado, entraves ao avanço da reforma agrária no Brasil. Ele afirmou que a lentidão no andamento da reforma em Rondônia, seu estado, está trazendo prejuízos não só aos trabalhadores sem terra, mas também à própria agricultura familiar.

– Houve um retrocesso do ponto de vista legal – disse o senador, acrescentando que as desapropriações podem se estender por cerca de sete anos, e, em alguns casos, espera-se até dez pela emissão do título de propriedade.

Amir Lando informou que, desde sua chegada à região amazônica, na década de 70, abraçou a causa da divisão de terras e seu uso como bem de produção. Ele observou que um emprego na cidade custa de seis a dez vezes mais que um emprego no campo, para apontar o estímulo à agricultura familiar – "o casamento perfeito entre os braços sem terra e a terra sem braços" – como uma das saídas para



José Cruz

Amir Lando defende incentivo à agricultura familiar para geração de emprego e renda

a geração de renda.

O antigo Estatuto da Terra e a invasão de propriedades também foram alvo de comentários de Lando. "Instrumento facilitador" na redistribuição de terras do país, o estatuto, conforme disse, é visto até hoje por muitos especialistas como mais inovador que a legislação agrária vigente.

Embora seja contrário à invasão, Lando argumentou que é preciso compreensão para lidar com o problema. A entrevista será exibida pela TV Senado, em canal aberto (UHF), nos dias 28, sábado, às 12h30 (11h30 em RO), e 29, domingo, às 17h30 (16h30 em RO).



O *Jornal do Senado* publica perguntas e sugestões dirigidas aos senadores abordando questões de interesse público. As desta edição foram veiculadas pela TV Senado. Você pode participar e ter sua pergunta respondida aqui, ligando gratuitamente para o serviço A Voz do Cidadão – 0800 61-2211 – e autorizando a publicação.

Paulo Leles, de Governador Valadares (MG): Por que os parlamentares não implantam o voto facultativo?

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) responde: Acredito que o voto deveria ser facultativo. O eleitor que vai forçado para as urnas termina votando mal, anulando o voto ou votando em branco. Acaba também por escolher qualquer um dos candidatos, sem reflexão, porque não gosta do processo eleitoral e se sente violentado ao votar. O ideal seria um número menor de eleitores conscientes indo às urnas decididos a sufragar nomes que lhes pareçam os melhores.

Joelson Santos, de Salvador (BA): O povo tem direito de conhecer o candidato no qual está votando. Sugiro um projeto para que em época de eleição os candidatos apresentem um resumo da vida política progressiva.

O senador Amir Lando (PMDB-RO) responde: A proposta merece apreciação. Vou estudar um projeto para que se possa, na propaganda eleitoral gratuita, exigir que cada candidato apresente o seu currículo de forma verdadeira sobre o seu passado, a sua origem e também as propostas inerentes ao processo da campanha eleitoral.



Célio Azevedo

Jefferson Péres propõe voto facultativo ao invés do obrigatório

Edições em braile podem ser obrigatórias

Projeto de Heloísa Helena determina que todos os livros e revistas de grande circulação publicados no país tenham 0,5% de sua tiragem voltada para os deficientes visuais. Objetivo é facilitar a integração desse grupo à sociedade

As editoras brasileiras poderão ser obrigadas a imprimir em braile 0,5% dos livros e revistas de grande circulação que publicarem. É o que determina projeto da senadora Heloísa Helena (PT-AL) que aguarda, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), relatório do senador Sebastião Rocha (PDT-AP).

De acordo com a proposta, serão contemplados os gêneros literário, didático e acadêmico. As empresas que não editarem pelo menos 0,5% das obras nessa escrita em relevo – também chamada de anaglifografia – poderão ser proibidas de comercializá-las e distribuí-las por um período de seis meses.



Heloísa Helena observa que número de deficientes visuais tem crescido no Brasil

Em caso de reincidência, esse prazo será dobrado.

A proposição de Heloísa Helena prevê um período de três anos para que as editoras viabilizem as publi-

cações em braile. Na justificativa do projeto, a parlamentar cita o censo populacional brasileiro, o qual aponta a existência de 145,8 mil portadores de deficiência visual em 1991. Para a senadora, o acesso ao estudo, à leitura e à informação são indispensáveis para a integração desse grupo à sociedade.

Numa consulta ao Censo Escolar de 1999, ela constatou que 5% dos 374,1 mil alunos matriculados nos diversos níveis da educação são deficientes visuais. A representante alagoana também observou que o número desses deficientes tem tido uma trajetória ascendente, daí por que considera necessário acelerar suas possibilidades de

acesso à leitura e à informação.

De acordo com a senadora, há uma demanda crescente por parte dos portadores de deficiência visual. Ela cita, como exemplo, as 3,5 mil cópias de um *software* para leitura da tela de computador

para cegos vendidas pela Secretaria Especial de Editoração e Publicação do Senado. “Lamentavelmente, o acesso a esse tipo de recurso ainda não atinge a grande maioria da população envolvida na questão”, afirma.

Método foi criado em 1825

Quem não enxerga pode ler e escrever usando o tato por meio do método braile, desenvolvido pelo professor francês Louis Braille (1809-1852) em 1825 e em versão definitiva e universal em 1837. Cego desde os três anos de idade, Braille inventou um tipo de impressão que consiste de pontos em alto-relevo sobre uma folha de papel, que pode ser lida por deficientes visuais utilizando a ponta do dedo indicador de uma das mãos. A combinação de seis pontos em relevo constitui a cela braile. Cada cela braile pode formar qualquer uma das 63 combinações que representam o alfabeto, as vogais acentuadas, os sinais de pontuação, os numerais e os símbolos matemáticos.

Senado oferece livros para deficientes visuais na Feira Pan-amazônica

O Senado Federal inicia sua segunda participação na Feira Pan-amazônica do Livro, em Belém, como único expositor a oferecer publicações em braile aos visitantes. O interesse dos deficientes visuais pelas publicações – raras no mercado editorial brasileiro – fez com que a Casa organizasse um espaço em braile em seu estande.

Como parte das iniciativas do Senado relacionadas ao braile, amanhã, às 19h, associações de cegos do Pará receberão do senador Fernando Ribeiro (PMDB-PA) exemplares de leis como a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Doação de Órgãos e o Código de Proteção e Defesa do Consumidor impressos na linguagem especial para deficientes visuais.

As publicações em braile são apenas uma pequena parte do que o estande do Senado vai oferecer ao público de Belém nesta sexta edição da Feira Pan-amazônica, que será aberta hoje. Até o dia 29, a Casa expõe os livros do Conselho Editorial e legislação atualizada, vendidos a preço de custo.

Os visitantes poderão ainda visitar no local uma exposição de documentos recentes e do século 19 sobre episódios importantes da história do país, como a Lei Áurea e as cartas de renúncia dos ex-presidentes Jânio Quadros e Fernando Collor de Mello. Diante da exposi-



Fernando Ribeiro vai entregar edições em braile a associações de cegos do Pará

ção, professores, que também têm atendimento próprio no estande, aproveitam para chamar a atenção de seus alunos para esses episódios da história do país. Para as crianças, o Senado distribui a revista *Jovem Cidadão*, com jogos e textos que introduzem noções de cidadania.

O livro com a Constituição federal é o mais vendido pelo estande nas feiras de livro de que o Senado participa. Por apenas R\$ 7, o exemplar vendido está atualizado até a Emenda Constitucional número 38, promulgada em junho passado. Se preferir, o visitante pode levar a Constituição em disquete, por apenas R\$ 2. A novidade é a Constituição atualizada em inglês, que custa R\$ 5. Outros textos legais recentemente aprovados, como o novo Código Civil, a Legislação Indigenista, a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis, entre

outros, podem ser adquiridos por menos de R\$ 5.

Pessoas interessadas em assistir à TV Senado e a navegar pelas páginas e pelos bancos de dados da Casa na Internet também têm esses serviços à disposição no estande, onde a assinatura do *Jornal do Senado* pode ser feita gratuitamente.

COMISSÃO

A participação do Senado em eventos literários começou em 1996, com a criação da Comissão de Feiras de Livro, que tem o objetivo de difundir, diretamente nos estados, o trabalho da Casa. “Essa foi uma maneira eficiente que a instituição encontrou para se aproximar da população, que muitas vezes não sabe o que se passa em Brasília”, afirma o coordenador da comissão, Paulo Afonso Lustosa, que é diretor da Secretaria de Informação e Documentação do Senado.

Ele explica que, antes de estar preparada para percorrer os estados, a comissão preparou-se participando de quatro feiras de livros em Brasília. Com a experiência acumulada, afirma, hoje é possível participar de cinco a seis eventos literários por ano.

Em 2002, o Senado já esteve na Bienal Internacional do Livro de São Paulo, na Bienal do Livro de Natal e no Salão do Livro de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Em outubro, o estande segue para a Bienal do Livro de Fortaleza e, em novembro, para a Feira do Livro de Porto Alegre.



Evento já é um dos maiores do país

A VI Feira Pan-amazônica do Livro, que se realiza de hoje a 29 de setembro, no Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves (Centur), no centro de Belém, já é um dos mais importantes eventos literários do país. Prova disso é o fato de escritores e jornalistas de renome, como Luís Fernando Veríssimo, Maurício de Sousa, Fernando Morais, José Castello, Ruy Castro e Ignácio de Loyola Brandão, participarem do evento.

Em 2001, foram vendidos 219 mil exemplares, uma movimentação de R\$ 3,3 milhões em negócios, divididos entre os 120 estandes, que trouxeram um total de 49 mil títulos. Os organizadores estimaram ainda que na quinta edição da feira paraense 224 mil pessoas circularam pelo evento, que este ano terá dois dias de funcionamento a mais.

A Feira Pan-amazônica, aberta para a visitação pública de 10h às 22h, abre espaço ainda para debates do setor editorial e do

mercado livreiro, ocupando uma área de 3.500 m², divididos entre expositores, área cenográfica, centro de convenções, cinema, teatro, praça de alimentação e o tradicional Café das Letras, onde são realizadas conversas informais com os escritores.

Paralelamente à feira, acontecem a V Mostra Pan-amazônica de Cinema, organizada pelo Museu da Imagem e do Som do Pará, e o XXVI Encontro da Associação Brasileira das Imprensa Oficial do Estado do Pará. O Sistema Integrado de Museus do Pará também apresenta exposições durante o evento.

A VI Feira Pan-amazônica do Livro é uma realização da Secretaria Especial de Promoção Social do governo do Pará e uma promoção da Secretaria Executiva de Cultura, da Associação Nacional de Livrarias e da RPS Eventos, com a organização da Diretoria de Bibliotecas Públicas do Pará.